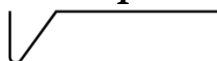


A ideologia neoliberal na educação: um caminho para a formação do Ser-Humano Empresa



Alex Viana Ramos Monte¹

Mayara Oliveira Fernandes²

Resumo

O presente trabalho caracteriza o final da década de 2010 como um período de derrotas históricas para o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Um período em que medidas neoliberalizantes aprofundaram a flexibilização, a informalidade e a terceirização das relações de trabalho. Tais medidas foram combinadas com medidas austericidas de desinvestimento em serviços sociais públicos. Neste período houve um forte avanço da ideologia neoliberal na educação formal das escolas públicas do Estado de São Paulo, com o objetivo de criar o “ser-humano-empresa”. Ao analisar um novo componente curricular inserido na grade curricular dos ensinos fundamental e médio da rede educacional, chamado “Projeto de Vida”, pretende-se mostrar como a ideologia neoliberal, expressa pelo léxico e pelo conhecimento elaborado por grandes empresas, está sendo reproduzida a milhões de estudantes das escolas públicas do Estado de São Paulo, a partir do ano de 2019.

Palavras-chave: Projeto de Vida; ideologia neoliberal; educação neoliberal; ser-humano-empresa.

Abstract

This paper characterizes the end of the 2010s as a period of historic defeats for the Brazilian working class. A period in which neoliberal measures deepened the flexibilization, informality, and outsourcing of labor relations. Such measures were combined with austerity measures of disinvestment in public social services. There was an advance of neoliberal ideology in the public schools of the State of São Paulo to create the "corporate human being". By analyzing a new curricular component inserted in the curriculum grid of elementary and high schools of the educational network, called "Projeto de Vida" it intends to show how the neoliberal ideology, expressed by the lexicon and knowledge elaborated by large companies, is being reproduced to millions of students in the public schools of the State of São Paulo, starting in 2019.

Keywords: Life Project; neoliberal ideology; neoliberal education; human-being-company.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: avrmavrm10@gmail.com

² Mestranda em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: mayara.fernandes.mof@gmail.com

Introdução

Neste trabalho pretende-se analisar como o léxico e o conhecimento proposto pelo novo componente curricular da Rede Estadual de Ensino de São Paulo chamado “Projeto de Vida” revela a ideologia neoliberal. O componente curricular “Projeto de Vida” é o principal articulador do projeto pedagógico da escola no Estado de São Paulo. É a partir deste componente que as escolas mobilizam “competências cognitivas e socioemocionais com vistas ao desenvolvimento integral” dos estudantes (SÃO PAULO, 2020, p. 2). Pretende-se desenvolver aqui a ideia de que, diante da reestruturação do Ensino da Rede Estadual do Estado de São Paulo — que ocorre desde 2017 com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e cujas mudanças mais profundas estão transformando principalmente o Ensino Médio — há um aprofundamento vertiginoso da introdução da ideologia neoliberal na educação formal do Estado de São Paulo. É importante registrar que essa disciplina “Projeto de Vida” já estava presente desde 2012³ em algumas escolas integrais da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, mas foi universalizada nesta Rede a partir do ano de 2020, intensificando a inserção dessa ideologia neoliberal.

Dardot e Laval (2016, p. 136) sustentam que a ideologia neoliberal se expandiu para todas as esferas da sociedade. Diferentemente do liberalismo clássico, afirmam que o neoliberalismo provocou uma revolução no pensar que expandiu as fronteiras do mercado para a “totalidade da ação humana” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 136). No mesmo sentido, Safatle, Júnior e Dunker (2020, p. 10) afirmam que a força do neoliberalismo está na reorganização das “identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios”.

³ Salienta-se que o presente artigo está centrado na análise do componente curricular “Projeto de Vida” inserido na Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Existem outras iniciativas na implantação deste componente curricular em outras redes de ensino que são anteriores, como por exemplo, no Estado de Pernambuco. Desde 2002, na escola “Ginásio Pernambucano”, pela iniciativa do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), este componente curricular tornou-se central na chamada “Escola da Escolha”. Segundo o ICE, este modelo de educação tem como foco “o Jovem e a construção do seu Projeto de Vida”. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/#nossa-historia>. Acesso em 14 de mar 2022.

Naomi Klein (2008) ao analisar as políticas e ações após as inundações nos prédios escolares que ocorreram no ano de 2005⁴, observou que Milton Friedman, um dos principais expoentes da Escola de Chicago, ainda teve forças para escrever um editorial no qual vislumbrava a oportunidade de “reformular radicalmente o sistema educacional”. A proposta de Friedman para o governo distribuir vouchers para as famílias matricularem seus filhos em instituições de ensino privadas, ou seja, de subsidiar o sistema educacional privado com transferência de dinheiro público – em outras palavras, de privatizar todo o sistema educacional – assemelha-se à proposta de Projeto de Lei 4372/2020 que tramitou no Congresso brasileiro no decorrer do ano de 2020, durante a também catastrófica crise do Coronavírus. Esse projeto de lei também propunha retirar das escolas públicas R\$ 5,9 bilhões⁵ e transferi-los para o Sistema S, instituições filantrópicas e religiosas. Esse projeto de lei foi derrotado, mas suas intenções revelam o caminho que seguem as políticas dos atuais governos Federal e Estaduais. Em vez dos governos brasileiros investirem em melhoria das infraestruturas escolares, oferecer um sistema de acessibilidade a um ensino remoto de qualidade, — para assim garantir saúde e educação de qualidade aos 38,7 milhões de estudantes da rede pública — eles pretendem “passar a boiada” da educação⁶, dando mais um significativo passo para o desmonte do já precário sistema público de educação brasileiro.

As transformações ocorrem principalmente no Ensino Médio, pois se trata de uma parcela da classe trabalhadora cujo potencial de mão de obra precisa ser melhor explorado. A aprovação da BNCC que ocorreu no ano de 2017 não aconteceu por acaso. Neste mesmo ano foi aprovada a chamada Reforma Trabalhista, que desregulamentou e flexibilizou as relações capital-trabalho de forma devastadora. No mesmo ano de 2017 foi aprovada a Lei

⁴ Após o desastre ocorrido pela passagem do furacão Katrina em Nova Orleans, Naomi Klein (2008) argumenta que ocorreram mudanças significativas na educação. Klein denominou de “capitalismo de desastre” as mudanças que decorrem da produção do choque e de catástrofes – sejam políticas, econômicas ou providas da natureza – que levam aos setores privados a se beneficiarem de uma crise.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/12/14/escolas-publicas-podem-perder-quase-r-16-bilhoes-do-fundeb-caso-senado-aprove-incluir-repasses-para-instituicoes-filantropicas-e-religiosas.ghtml>. Acesso em 11 de jan. 2021.

⁶ Referência a uma fala do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que afirmou em reunião ministerial que o governo deveria aproveitar a atenção da mídia à pandemia para mudar regras ligadas à proteção ambiental. Em sua fala: “Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas.” Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em 11 de jan. 2021.

nº 13.429/2017, conhecida como a “Lei da Terceirização”, que permitiu a terceirização de todos os setores produtivos de uma empresa. Esta lei incluiu as atividades fins além das atividades meio, as quais antes já poderiam e eram terceirizadas em grande parte das empresas. Pode-se afirmar, em perspectiva histórica, que o final da década de 2010 foi um período de acúmulo de derrotas históricas para a classe trabalhadora brasileira. Outras duas medidas que podem ser citadas aqui são a Reforma da Previdência, que foi aprovada em 2019, e a “PEC do Teto”, que foi aprovada em 2016 e que congelou os investimentos públicos por 20 anos. Fazer a observação do final da década de 2010 como o momento concomitante da aprovação dessas diversas transformações no mundo do trabalho e na educação formal significa atestar os interesses econômicos, políticos, sociais, culturais etc., que estão por trás da universalização de um novo componente curricular chamado “Projeto de Vida”. Para assim disseminar a ideologia neoliberal entre as e os trabalhadores que enfrentarão o atual e possível futuro cenário das precarizadas relações trabalhistas.

No ano de 2020 a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio de um programa chamado “Inova Educação”, universalizou na Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo três novos componentes curriculares: Projeto de Vida, Tecnologia e Eletivas. Dessas três, analisar-se-á aqui o “Projeto de Vida”, por considerá-lo o novo componente curricular que se propõe preparar o jovem trabalhador para o mundo do trabalho, como está expresso em suas Diretrizes Curriculares (SÃO PAULO, 2020, p. 2): “(...) lhes possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida (...)”. Para tanto, analisar-se-á principalmente os materiais programáticos produzidos pelo “Instituto Ayrton Senna”, onde se encontram as 5 macrocompetências e as 17 competências socioemocionais, em que se baseiam as diretrizes curriculares do novo componente curricular chamado “Projeto de Vida”, a qual também será analisada.

1. O Projeto de Vida neoliberal: a produção do ser-humano-empresa

A intensificação de organizações não governamentais nacionais e internacionais atuando na formulação de políticas públicas educacionais (AMEIDA, HEY, 2018) é reflexo da visão de formação para o mundo do trabalho. Preparar ideologicamente os filhos da classe trabalhadora para se adequarem ao mundo do trabalho, seja de qual forma ele se

apresente, é tarefa urgente para as confederações de empresas que influenciam de forma quase decisiva as políticas educacionais no Brasil. “O cenário da sociedade contemporânea aponta a necessidade premente de repensar o atual modelo de escola e redesenhar o papel que essa instituição deve ter na vida e no desenvolvimento do século XXI”, como está expresso nas Diretrizes Curriculares do Projeto de Vida (SÃO PAULO, 2020, p. 1). Pode-se ler nas Diretrizes também o que segue:

Durante todo o primeiro semestre de 2019, a SEDUC-SP ouviu estudantes e professores a fim de compreender suas opiniões acerca de se desenvolver o componente Projeto de Vida na escola e, como resultado da pesquisa realizada, que contou com cerca de 160 mil estudantes e 90 mil professores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, constatou-se que: 87% dos estudantes desejam receber orientações e ajuda para descobrir suas vocações e sonhos e para fazer escolhas de vida e 94% dos professores acham importante ter o componente curricular Projeto de Vida na escola (SÃO PAULO, 2020, p. 4).

Na análise que está sendo desenvolvida aqui, considera-se que o trecho acima foi acrescentado às Diretrizes para dar um verniz de democracia a um processo de mudança burocrático imposto de cima para baixo⁷. Evidencia-se que a comunidade escolar — que deveria ser a protagonista na elaboração de políticas públicas educacionais — foi mera, parcial e restritamente consultada. O resultado da pesquisa apresentada no trecho acima faz afirmações a partir de questões direcionadas à implantação do novo componente curricular e não relacionadas às mudanças efetivamente necessárias para a resolução ou melhorias dos problemas da educação em geral. Desconsidera as condições e a forma da implantação dessa mudança. Utiliza-se de conceitos abstratos universais como “sonhos” e “vocações” para buscar a identificação de toda a comunidade escolar.

O objetivo do novo componente curricular “Projeto de Vida” é criar, por meio da educação formal, um terreno ideológico propício para a classe trabalhadora enfrentar relações de trabalho que se apresentam neste momento histórico como cada vez mais flexibilizadas, informais, terceirizadas etc. Ou seja, o neoliberalismo provoca mudanças não somente nas relações capital-trabalho, mas também atua para fabricar uma certa

⁷ Tarlau e Moeller (2020), afirmam que a aprovação da BNCC foi realizada pela prática que denominam de “consenso por filantropia”. Ou seja, fundações privadas e institutos empresariais, utilizando-se de “recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais”, promoveram um consenso em apoio a determinada política pública. Esta prática do consenso, segundo Lautier (2014, p. 472), é uma autoproclamação de legitimidade, decreta, pois, “ilegítima todas as opiniões que não encontram lugar no interior desse campo consensual” (LAUTIER, 2014, p. 472).

subjetividade. Nesse sentido, dado um mundo do trabalho flexível, informal, inconstante, é necessário formar o trabalhador para que ele tenha competências comportamentais e socioemocionais para lidar com toda a incerteza gerada no neoliberalismo. Exatamente como afirmou Gramsci (2020, p. 269): “O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil.” Mas esse consenso popular não está sendo apenas formado por dentro do sistema formal de educação. A indústria cultural também dá a sua contribuição⁸. Ao longo do ano de 2020, a Rede Globo, a mais poderosa emissora de televisão do Brasil, exibiu reiteradamente uma propaganda em que afirmou: “VAE! Que o seu sonho pode acontecer”, “Vai ter perrengue, mas dá para fazer”, “Tudo vai passar, você vai ver”⁹. E convocando as e os trabalhadores a “ativarem o empreendedorismo” que está dentro delas e deles. Note-se que a palavra “sonho” aparece na propaganda, assim como também está reiteradamente expressa nas Diretrizes da nova disciplina “Projeto de Vida”. Acrescenta ainda a menos disfarçada ideia do empresário da sua própria força de trabalho ou do empreendedor de si mesmo¹⁰, ao estimular o empreendedorismo individual como saída para a crise sanitária, econômica, social etc., aprofundada pelo Coronavírus. Essa conformidade entre propaganda de massas e currículo está contribuindo para criar uma atmosfera de ideias neoliberais que assumem uma aparência de naturais, normais ou óbvias, sobre as quais não se delibera na maior parte dos contextos sociais. Cria um senso comum ou opinião popular que o Bourdieu (2019) chamou de “doxa” e o Gramsci (2020) de “hegemonia”.

O objetivo do novo componente curricular intitulado “Projeto de Vida”, no estado de São Paulo, é desenvolver as 5 macrocompetências e as 17 competências socioemocionais. Isso quer dizer que as atividades presentes nos cadernos do aluno e do professor desse componente curricular foram elaboradas baseando-se nessas macrocompetências e competências. O que nos remete ao conceito de “violência

⁸ Segundo Dardot e Laval (2016, p. 155), tanto a educação quanto a imprensa, têm um importante papel no modelamento de um “novo tipo humano genérico” e na formação do “espírito do empreendimento”.

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UgWj6-qCDpI>. Acesso em 15 de jan. 2021.

¹⁰ A formação do homem empresarial, ou seja, o empreendedorismo como uma conduta universal essencial, é a principal contribuição do neoliberalismo. Assim, afirmam Dardot e Laval (2016, p. 335), o indivíduo passa a não se enxergar mais como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço ao mercado.

simbólica”, elaborado por Pierre Bourdieu (2019), que diz simplificadamente que é um tipo de violência que se expressa pelo conhecimento e pelo léxico, de forma invisível e se exerce com a cumplicidade do próprio dominado. Isto é, a “violência simbólica” é a forma como a ideologia dominante se inscreve nos corpos e disposições universais, ao ponto de naturalizá-la e/ou desistoricizá-la. Desse modo, podemos entender que o “Projeto de Vida” tem o objetivo de transformar os corpos dos estudantes proletários em um “corpo-empresa” — introduzindo o léxico e o conhecimento neoliberais, elaborados no mundo corporativo — com toda a violência de um processo de mercantilização absoluto do corpo das e dos trabalhadores. O objetivo é consubstanciar as formas de violência mais diretas e perceptíveis com as formas mais sutis de violência. Bröckling (2015, p. 67) afirmou que “os empreendedores de si mesmos não se fabricam com os meios da vigilância e do castigo, mas ativando os potenciais da autocondução”. Portanto, ao contextualizar historicamente o desenvolvimento desse conhecimento nas escolas públicas estaduais de São Paulo, pretende-se contribuir com sua historicização, desnaturalização e possível superação.

É importante assinalar neste momento que os meios de violência estatais “mais tradicionais” não só permanecem muito presentes nas escolas públicas estaduais de São Paulo, mas continuam se aprofundando. A estrutura prisional e fabril das escolas estaduais de São Paulo permanece. Uma estrutura de inspetores/supervisores/carcereiros, de salas de aula/salas de trabalho/celas, de uniformes escolares/de trabalho/prisionais etc. ainda predomina. Em 2019, o Governo do Estado de São Paulo lançou, por meio da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, um programa intitulado: Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar – CONVIVA SP. Para esse programa foi criado um sistema de dados, ligado diretamente com a polícia militar do Estado de São Paulo, em que os gestores das escolas são obrigados a registrar as “ocorrências” de violência que acontecerem nas escolas diariamente. Em outras palavras, um sistema para produzir fichas criminais dos estudantes das escolas públicas estaduais desde a mais tenra infância. Uma ação muito próxima das propostas de diminuição da maioria penal. Com um discurso de combate à violência e de oferecer segurança, projetos de lei que apresentam a necessidade de instalação de câmeras dentro e fora dos ambientes escolares são elaborados. Como é exemplo o Projeto de Lei 5343/19, do deputado Vinicius Farah (MDB), que propôs em 2019 a obrigatoriedade da “(...) instalação de câmeras de vídeo para

monitoramento das áreas externas e internas nas escolas públicas em todo o território nacional.¹¹”

A educação básica torna-se essencial para o desenvolvimento de competências profissionais, uma vez que as mudanças nos processos produtivos provocaram necessidades de adequações nas competências necessárias para o trabalho. Como Dardot e Laval (2016, p. 143) afirmam, esses conhecimentos devem estar alinhados ao mercado. Ou seja, não é qualquer conhecimento e competência que importa na sociedade neoliberal, o conhecimento deve ser “diretamente utilizável no mercado”. A educação, portanto, volta-se para a mercantilização e para o conhecimento utilitário, ou seja, treinar habilidades demandadas pelo mercado de trabalho e garantir a empregabilidade dos estudantes (ROBINSON, 2016, p. 17). Para Lúcia Bruno (2011, p. 546), a reprodução da classe trabalhadora global, por meio da escola, garante as “qualificações necessárias para o exercício do trabalho”. Essa reprodução é garantida através do conhecimento instrumentalizado. Sendo assim, é necessário transformar o saber aprendido na escola em técnicas de trabalho e em “comportamento adaptativo aos novos códigos disciplinares” (BRUNO, 2011, p. 554).

Bertolt Brecht afirmou, em seu poema intitulado “Elogio do Revolucionário”, “Pergunte a cada ideia: serves a quem?”. É exatamente esse questionamento que tentar-se-á fazer a seguir, desnudando os interesses por trás dessa ideologia neoliberal corporativa aparentemente tão desinteressada. Para tanto, far-se-á uma análise sucinta de cada macrocompetência e algumas das competências socioemocionais que compõem o componente curricular “Projeto de Vida”.

1.1. “Inovação”, “flexibilidade”, “resiliência”: As competências para o mundo do trabalho em transformação.

Para tentar dar uma aparência humanizada à lógica destrutiva dos direitos e das condições de vida das e dos trabalhadores, que estão enfrentando contratos de trabalho intermitentes, informais, flexíveis etc. “(...) o dicionário empresarial não para de ‘inovar’,

¹¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/620340-projeto-torna-obrigatoria-a-instalacao-de-cameras-de-monitoramento-em-escolas-publicas/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%205343,an%C3%A1lise%20na%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados>. Acesso em 16 de jan. 2021.

em especial no setor de serviços” (ANTUNES, 2018, p. 35). As 22 macrocompetências e competências socioemocionais são uma significativa contribuição para ampliar o leque do dicionário empresarial, como aparecem nas Diretrizes (SÃO PAULO, 2020, p. 8):

As cinco macrocompetências (abertura ao novo, amabilidade, autogestão, engajamento com os outros e resiliência emocional) e as 17 competências (determinação, foco, organização, persistência, responsabilidade, empatia, respeito, confiança, tolerância ao estresse, autoconfiança, tolerância à frustração, iniciativa social, assertividade, entusiasmo, curiosidade para aprender, imaginação criativa e interesse artístico).

Seguindo a sequência apresentada acima, a primeira macrocompetência é a “Abertura ao novo”. Em um material programático produzido pelo Instituto Ayrton Senna (2020, p. 6), pode-se ler e entender de forma mais concreta e melhor o que querem dizer quando elaboraram a expressão “abertura ao novo”: “O indivíduo aberto ao novo tem atitude investigativa, é curioso sobre o mundo, flexível e receptivo a novas ideias”. Primeiramente, a palavra “novo” dialoga com a consciência da juventude, pois, muito influenciada pela indústria tecnológica, a qual afirma que todo produto tecnológico novo é melhor, pensa que em todos os aspectos da vida o que é novo tende a superar o velho. Então, basta transpor tal pensamento para o mundo das relações trabalhistas. Por sua vez, basta o governo chamar o processo de desregulamentação do trabalho de “modernização das leis trabalhistas” para soar muito mais atrativo e melhor para “todos”. Para Dardot e Laval (2016, p. 335), a corrente neoliberal austro-americana, mais do que a economia neoclássica, foi a principal responsável pela produção do sujeito empresarial. Eles afirmam que “(...) o indivíduo não deve mais se ver como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço em um mercado”. Seguindo o mesmo raciocínio, a empresa deve ser vista como sendo composta por múltiplas empresas individuais e o trabalhador deve ser visto e tratado pela empresa como sujeito econômico, que deve possuir as mesmas características de uma empresa. Voltando à análise do trecho acima do material programático elaborado pelo Instituto Ayrton Senna, observa-se a presença da palavra “flexível”. Como as empresas estão tendencialmente instituindo contratos de trabalho cada vez mais flexíveis, desde o final da década 1970 no mundo, o ser-humano-empresa deve também ser flexível. Portanto, a competência da flexibilidade deve ser ensinada desde a mais tenra infância. Não se trata de analisar aqui apenas algumas palavras ou frases soltas, ou seja, fora de contexto, entende-se que essas palavras ou frases soltas aparecem em meio

a conceitos mais abstratos e gerais justamente para turvar a visão do léxico caricato da ideologia neoliberal, predominante no novo componente curricular intitulado “Projeto de Vida”.

A palavra “indivíduo” presente na frase acima deve ser analisada à parte. O material programático elaborado pelo Instituto Ayrton Senna pretende que todas as 22 macrocompetências e competências socioemocionais sejam desenvolvidas pelo indivíduo. Ou seja, todas elas se referem ao desenvolvimento do indivíduo. Portanto, a palavra “indivíduo” está presente, explícita ou implicitamente, em todas elas. De acordo com a ideologia neoliberal, o ser-humano-empresa, assim como a própria empresa, não deve ter sua liberdade de ação limitada pelo Estado. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 348), “assistimos a uma individualização radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual.” A classe capitalista — muito antes de Marx (2013, p. 786) caracterizar o operário moderno, o proletário, como um conjunto de “trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção (...)” — tenta se livrar totalmente de qualquer responsabilidade sobre qualquer aspecto relacionado às condições de vida das e dos trabalhadores. Se o problema do capital é o trabalho, deve-se buscar o trabalho sem os problemas intrínsecos aos portadores de trabalho, ou seja, às e aos trabalhadores. A ideologia burguesa da “meritocracia” é radicalizada até as últimas consequências pela ideologia neoliberal. O conceito de meritocracia, ao mesmo tempo que serve para legitimar a atual desigualdade social crescente, — tornando sua percepção justa, pois entende que tal desigualdade se baseia nas diferenças entre esforços individuais diferentes — serve também para jogar a responsabilidade dos problemas sociais totalmente sobre o ser-humano-empresa, que deve se responsabilizar individualmente pelo seu sucesso ou fracasso, dentro da concorrência da economia de mercado. A ideia meritocrática neoliberal despreza direitos, pois não enxerga seus privilégios concorrenciais no capitalismo de mercado como privilégios, mas como méritos de empreendedores bem-sucedidos. Nesse sentido, o atual ministro da economia, Paulo Guedes, afirmou que o direito à

Previdência é “fábrica de privilégios”¹², subvertendo completamente os sentidos entre as palavras “privilégios” e “direitos”.

Abordar-se-á a segunda macrocompetência, a “Amabilidade”. No material programático elaborado pelo Instituto Ayrton Senna (2020, p. 6) pode-se ler o seguinte: “O indivíduo amável apresenta preocupação com a harmonia social e valoriza a boa relação com os outros”. Nesse trecho fica evidente que a e o trabalhador deve evitar provocar conflitos sociais e se relacionar bem com suas e seus companheiros de trabalho, pois assim os problemas nos processos produtivos diminuem. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 325), a obra benthamiana, que está dentro do imaginário neoliberal, afirma que um dos objetivos da sociedade de mercado é “fabricar homens úteis, dóceis ao trabalho, dispostos ao consumo, fabricar o homem eficaz”. Ter à disposição uma classe trabalhadora dócil, ou “amável”, segundo o Instituto Ayrton Senna, é muito interessante para a classe capitalista. A precarização neoliberal, que ocorre simultaneamente ao desinvestimento e à privatização dos serviços públicos, é um processo extremamente violento para o conjunto da classe trabalhadora, para uns mais do que para outros. Ele mercantiliza as e os trabalhadores ao ponto da total reificação. As reações da classe trabalhadora e empobrecida às medidas austericidas dos Estados são vistas como uma desvirtude. Enquanto a violência do Estado nem sequer é percebida como violência, mas como a realização da justiça. Esse discurso cria um trabalhador passivo diante da violência à qual é submetido cotidianamente. Aliás, um dos sinônimos de “dócil” é exatamente “amável”.

No material programático elaborado pelo Instituto Ayrton Senna, a macrocompetência “Autogestão”, que analisar-se-á a seguir, é um prato cheio da ideologia neoliberal. Portanto, a análise será apenas pontual. Dardot e Laval (2016, p. 154) afirmam que, “segundo Drucker (...) ‘A gestão empresarial é a nova tecnologia que, melhor do que qualquer ciência ou invenção, fez a economia norte-americana passar para o estágio da economia de empreendedores’ (...)”. Ou seja, o ser-humano-empresa deve se autogerir, assim como uma empresa tem de ser gerida. As competências socioemocionais que compõem essa macrocompetência são: Foco, Responsabilidade, Organização, Determinação e Persistência. Quando, no material programático elaborado pelo Instituto

¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/08/velha-previdencia-e-uma-fabrica-de-privilegios-diz-paulo-guedes-em-audiencia-na-camara.ghtml>. Acesso em 18 de jan. 2021.

Ayrton Senna (2020, p. 6), define-se o que quer dizer com “Foco”, afirma-se que é a: “Capacidade de se concentrar (...) mesmo em tarefas repetitivas”. O trecho “mesmo em tarefas repetitivas” evidencia que o ser-humano-empresa da escola pública estadual deve estar preparado para enfrentar trabalhos mecanizados. Um discurso que revela que seu objetivo não está sendo preparar seu público alvo para exercer funções produtivas criativas, como o trabalho intelectual nas universidades, mas para exercer funções mecanizadas nos setores de serviços, na indústria etc. Sobre a competência socioemocional intitulada “Responsabilidade”, afirma-se que tal competência “envolve tomar para si um combinado, assumindo os compromissos de realizar as tarefas planejadas (...)” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, p. 6). Quando o Instituto Ayrton Senna define o que é responsabilidade, refere-se à responsabilidade do ser-humano-empresa em realizar tarefas a partir de compromissos, mas não fala nada em relação às empresas assumirem a responsabilidade social pelas condições de vida de seus trabalhadores. Mas a ideia de “gestão” não se restringe ao indivíduo ou à empresa. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 154), “a nova ‘gestão de empreendedores’ (...) pretende espalhar e sistematizar o espírito de empreendimento em todos os domínios da ação coletiva, em particular no serviço público, fazendo da inovação o princípio universal de organização.” Sendo assim, o atual governador de São Paulo, João Dória, venceu as eleições ao Governo do Estado de São Paulo, em 2018, com um discurso em que se autointitulava um gestor em vez de um político. Esse discurso demonstra que a ideologia da gestão neoliberal também já está presente no espaço da política pública, isto é, revela que os interesses coletivos das sociedades também devem ser geridos como uma empresa.

A macrocompetência “Engajamento com os outros” é a mais aparentemente contraditória. Como o processo produtivo da riqueza material é social e seus frutos são apropriados de forma privada, é necessário que todas e todos os trabalhadores tenham competências para trabalhar em grupo. Nas definições dessa macrocompetência, presentes no material programático elaborado pelo Instituto Ayrton Senna (2020, p. 6), pode-se ler: “Entusiasmo (...) ter empolgação e paixão pelas atividades diárias e empregar energia para executá-las.” Segundo Dardot e Laval (2016, p. 324), “era preciso pensar e implantar (...) os tipos de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, moradia, descanso e lazer que seriam a forma institucional do novo ideal de homem, a um só tempo indivíduo calculador e trabalhador produtivo.” Sendo assim, o ser-humano-empresa precisa

autogerir suas energias vitais diariamente para ser produtivo em todos os aspectos de sua vida cotidiana e principalmente no trabalho. Ou seja, no trecho acima, evidencia-se os interesses empresariais em dispor de trabalhadores produtivos, entusiasmados e empolgados para o trabalho render o máximo. E ainda, enfatizar a face transformadora e autorrealizadora do trabalho, em detrimento de sua face alienante e aviltante, é uma forma de manter ideologicamente o “Entusiasmo” das e dos trabalhadores. Em outro trecho, em que se define essa mesma macrocompetência, pode-se ler: “Essa macrocompetência ajuda a nos mantermos abertos e estimulados para conhecer e dialogar com as pessoas, a nos manifestarmos de maneira afirmativa e assumirmos a liderança quando necessário” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, p. 6). A palavra “liderança” aparece algumas vezes nas definições dessa macrocompetência. Novamente segundo Dardot e Laval (2016, p. 147), “O mercado define-se precisamente por seu caráter intrinsecamente concorrencial. Cada participante tenta superar os outros numa luta incessante para tornar-se líder e assim permanecer.” Dizeres que deixam evidente que essa necessidade em se manter e tornar-se líder é um estímulo que deriva da concorrência e, ao mesmo tempo, a estimula entre as e os trabalhadores, empresários de sua própria força de trabalho.

Por fim, a quinta e última macrocompetência, a “Resiliência Emocional”. Essa é a macrocompetência que mais tenta adaptar as e os trabalhadores ao mercado de trabalho precarizado. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 144), “esses conhecimentos individuais e particulares são uns dos mais importantes ou, em todo caso, são mais eficazes que os dados estatísticos agregados, na medida em que permitem a realização de todas as pequenas mudanças permanentes às quais o indivíduo deve adaptar-se no mercado.” O ser-humano-empresa deve se adaptar a trocar de profissão com frequência; a trabalhar alternando turnos longos com curtos; a alternar entre emprego e desemprego; a alternar entre dispor de recursos financeiros ou não dispor de tais recursos; a trabalhar exercendo diferentes funções no mesmo emprego ou em outro; a conviver sempre com pessoas diferentes etc. Ou seja, deve ser flexível, fluído, precário, adaptável etc. A escola, portanto, não deve ensinar o estudante a transformar o seu meio social em que vive, mas a se adaptar a ele. Segundo uma das competências socioemocionais que compõe a macrocompetência “Resiliência Emocional”, as e os trabalhadores devem ter “tolerância ao estresse”, em vez de contribuir na construção de um mundo em que o processo produtivo não seja estressante. As e os trabalhadores devem ter “tolerância à frustração”, segundo o mesmo

documento, em vez de construir um mundo em que os sonhos possam se realizar. Enfim, como apontou Dardot e Laval (2016, p. 344), “(...) quando não se pode mudar o mundo, resta inventar-se a si mesmo.” A frustração, dentro das relações trabalhistas precarizadas, ganhou uma nova dimensão. Antes ela se expressava somente em relação ao fracasso do indivíduo em conseguir exercer uma profissão desejada, agora ela se expressa também pelo fato de determinadas profissões não garantirem mais o padrão de vida que antes se esperava delas.

É importante registrar ainda que as medidas neoliberais que implicam em um aprofundamento da flexibilização, da informalidade, da terceirização etc. das relações trabalhistas em geral e das relações trabalhistas da educação em específico, convivem com outros processos de controle do trabalho, característicos de outras formas de gestão do trabalho. Os chamados cadernos do aluno e do professor nada mais são que um sistema de apostilamento que define o que o professor deve ensinar e o que o estudante deve aprender. Um processo que cerceia a liberdade de cátedra das e dos professores e a autonomia de pensamento das e dos estudantes. Esse sistema de apostilamento é uma característica explicitamente taylorista, em que se separa aqueles que elaboram as atividades daqueles que as executam, de forma automatizada, contrariando os ideais de autonomia do ser-humano. Outro processo de gestão do trabalho, presente nas escolas públicas do Estado de São Paulo, é o Toyotismo. A figura do trabalhador da educação que cada vez mais assume multitarefas, encontra-se obrigado a fazer um pouco de tudo. Para lecionar um dos novos componentes curriculares, como o “Projeto de Vida”, os professores de todas as áreas do conhecimento passaram por um curto e remoto processo de formação não-remunerado e agora são obrigados a lecionar a nova disciplina. Para finalizar, o novo componente curricular “Projeto de Vida” foi universalizado a partir de um programa chamado: “Programa de Ensino Integral”. No modelo de gestão do trabalho presente nesse programa, foi instituído uma avaliação de desempenho dos trabalhadores da educação chamado de “Avaliação 360°”. Trata-se de um processo avaliativo em que todos vigiam cada um e cada um vigia todos. Exatamente a estrutura de vigilância que Foucault (2013) denominou de panóptica.

Conclusão

O neoliberalismo alcançou todas as esferas da sociabilidade e da cotidianidade. Assim, o componente curricular “Projeto de Vida”, atua no sentido de formar os indivíduos para serem sujeitos econômicos neoliberais, produzindo valores empresariais ou mesmo tempo que atua para dismantelar a consciência de classe. Ou seja, a análise do componente curricular “Projeto de Vida” permite expor os processos de subjetivação da força de trabalho demandada pelas novas formas de trabalho precarizadas, instáveis e flexíveis. A Educação torna-se, portanto, essencial para formar indivíduos que se ajustem com mais facilidade a um mercado de trabalho cada vez mais flexível. Portanto, a formação desse sujeito neoliberal permite que os indivíduos se tornem sujeitos de mercado e também permite combater os que criticam o capitalismo. Para tanto, o espraiamento da cultura de empresa e o espírito do empreendedorismo promovidos pela escola são essenciais para o combate ideológico. Embora os objetivos da disciplina supracitada apareçam em suas Diretrizes Curriculares diluídos entre outros objetivos, é um discurso que dificulta a percepção de seu principal objetivo, que é fazer avançar um processo de aproximação do Ensino Médio a um ensino profissionalizante e privatizado.

Ricardo Antunes (2018) afirmou que a “trípode destrutiva do capital” é composta pela flexibilização, a informalidade e a terceirização. Afirmou também que “se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão” (ANTUNES, 2018, p. 34). Diante dessa conclusão, por sua capacidade de síntese do atual momento histórico, afirma-se aqui que, para derrotar a trípode destrutiva do capital, é necessário reedificar a trípode construtiva do trabalho: a organização, a unidade e a política revolucionária, o oposto da atual distopia de barbárie em que a classe trabalhadora se encontra.

Referências

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de; HEY, Ana Paula. Sociologia da educação: Olhares sobre um campo em ascensão. In Sergio Miceli; Carlos Benedito Martins (Org.), *Sociologia brasileira hoje II* (pp. 253-310). Ateliê Editorial. 2018.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRÖCKLING, Ulrich. El self emprendedor: sociología de una forma de subjetivación. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 6, n. 48, set-dez. 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Engajamento com os

outros. Material produzido pelo Instituto Ayrton Senna, 2020.

_____. Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Resiliência Emocional. Material produzido pelo Instituto Ayrton Senna, 2020.

_____. Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Amabilidade. Material produzido pelo Instituto Ayrton Senna, 2020.

_____. Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Autogestão. Material produzido pelo Instituto Ayrton Senna, 2020.

_____. Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Abertura ao novo. Material produzido pelo Instituto Ayrton Senna, 2020.

KLEIN, Naomi. A Doutrina do Choque. A Ascensão do Capitalismo de Desastre. São Paulo: Nova Fronteira, 2008.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, set/dez. 2014.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROBINSON, William I. Global Capitalism and the Restructuring of Education: The Transnational Capitalist Class' Quest to Suppress Critical Thinking. *Social Justice*, Vol. 43, nº 3, 2016.

SAFATLE, Vladimir; JÚNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). *Diretrizes Curriculares Projeto de Vida*. São Paulo: SEE-SP, 2020.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.